31

Identidade e memória do povo Omágua/Kambeba médio Amazonas: um estudo de caso da aldeia Cajuhiri atravessado no município de Coari no Amazonas

Manoel da Silva Laranja

Mestre e Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol-Uandes

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

Doutoura em Ciências da Educação – pela Univerdade de San Lorenzo – Unisal

DOI: 10.47573/aya.5379.2.68.31

RESUMO

A prerrogativa deste estudo consiste em propor, a partir da análise os achados relevantes encontrados durante o período de construção da pesquisa as respostas das perguntas e os teóricos como:) ACUNÃ(1994), FAULHABER BARBOSA(1983), PORRO (2003), MACIEL (2003,2006). sendo incluída a priori nesta pesquisa: Silva (2012) merece espaço neste diálogo, com seus estudos do âmbito histórico, sociológico e econômico, ao afirmar que a Amazônia é uma diversidade de povos, de línguas, de organização societária típica de seus primeiros habitantes. Objetivo geral é Explorar a identidade e Memória do povo Omágua/Kambeba do Médio Amazonas: Um Estudo de Caso da Aldeia Cajuhiri Atravessado no Município de Coari no Amazonas. Responde a hipótese, trás as identificações das variáveis, sua concepção e operacionalização das mesma proposta por Fermin Roland Schramm, em prol das populações indígenas brasileiras. o processo de demarcação da Terra Indígena Cajuhiri Atravessado, localizada no Município de Coari, Amazonas, até sua homologação final, como objeto da nossa pesquisa documental qualitativa, como desenho metodológico, entrevista, observação direta na aldeia, procurando conhecer e defende a memória e identidade do povo Kambeba e resiliência.

Palavras-chave: teritorrização. identidade. memoria. etnia Kambeba.

ABSTRACT

The prerogative of this study is to propose, from the analysis of the relevant findings found during the period of construction of the research, the answers to questions and theorists such as:) ACUNÃ(1994), FAULHABER BARBOSA(1983), PORRO(2002, 2005), MACIEL (2003, 2006). being included a priori in this research: Silva (2012) deserves space in this dialogue, with his studies of the historical, sociological and economic scope, by stating that the Amazon is a diversity of peoples, languages, and societal organization typical of its first inhabitants. General objective is to explore the identity and memory of the Omágua/Kambeba people of the Middle Amazon: A Case Study of the Cajuhiri Village Crossed in the Municipality of Coari in Amazonas. It answers the hypothesis, behind the identifications of the variables, its conception and operationalization of the same proposal by Fermin Roland Schramm, in favor of the Brazilian indigenous populations. the process of demarcation of the Cajuhiri Apassodo Indigenous Land, located in the Municipality of Coari, Amazonas, until its final approval, as the object of our qualitative documentary research, such as methodological design, interview, direct observation in the village, seeking to know and defend memory and identity of the kambeba people and resilience.

Keywords: teritorization. identity. memory. Kambeba ethnicity.

INTRODUÇÃO

O grande desafio para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil como um todo, tem sido a busca da resistência étnica a partir dos processos de contato com os governos ainda coloniais. O título tem um olhar significativos da história das relações interétnicas dos povos indígenas Omágua/Kambeba do Alto e Médio Amazonas trazendo sua identidade e memória, um estudo de caso da aldeia Caruhiri Atravessado no Município de Coari. No decorrer de todos os anos de colonização e de dominação, às quais os índios foram submetidos, o desenvolvimento

das diversas formas de relação que essas populações mantiveram e mantêm com os estados nacionais, sempre existiram possibilidades de criar posturas antagonistas entre o Estado.

As terras que hoje formam o Brasil pertenciam originalmente aos indígenas.

Os indígenas não eram os proprietários da terra, porque esse conceito não existia entre esses povos.

A terra era o lar dos indígenas, lugar onde nasceram e fonte de sua existência. Pertencia a eles por meio de uma apropriação coletiva, em que era explorada e respeitada por todos os habitantes.

Esse cenário começou a mudar em 1500, quando os portugueses iniciaram o processo de conquista e colonização do território.

No século XV os portugueses deram início ao processo de expansão marítima. Em 22 de abril de 1500, uma esquadra chefiada por Pedro Álvares Cabral chegou ao litoral do atual estado da Bahia e, em nome do rei, os portugueses tomaram posse da região e nomearam o local de Ilha de Vera Cruz, Com receio de perder as terras encontradas para outros países, Portugal decidiu colonizar o território a partir de 1530, assim teve início o período colonial no Brasil.

O povo Omágua/Kambeba então na lista dos povos que por muito tempo foram considerados extintos sem registro de identidade e memória, pois deixaram de se autoafirmar como indígenas devido ao forte violento processo de contato com a sociedade majoritária dos disto brancos, fato ocorrido não só com o povo Omágua/Kambeba, mas também por muitos povos da Amazônia desde o século XVIII. Já a partir da década de 1980, com o crescimento dos movimentos sociais indígenas influenciados pela Igreja Católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e pela nova postura do Estado com as questões indígenas, o povo Omágua/Kambeba reafirmou sua origem indígena.

SILÊNCIO DO POVO DAS ÁGUAS

Atualmente, o povo Omágua/Kambeba vive em aldeias dispersas na região Amazônica. Seus membros desconhecem ou sabem muito pouco sobre seus ancestrais, como viviam, caçavam, dançavam, vivenciavam rituais, etc. Além disso, poucos são os autores que falam dos Omágua/Kambeba e poucos ainda são os que se dedicam a estudá-los. O que se pretende estudar através da investigação são a identidade e memória do povo Omágua/Kambeba, especificamente na Aldeia Cajuhiri Atravessado no Municipio de Coari, povo que tem sua história de luta por marcação de território.

Os Omágua/Kambeba, outrora um dos mais importantes grupos indígenas estabelecidos entre os rios Solimões e Negro da fronteira do Amazonas, deu origem a uma documentação histórica e etnográfica relativamente rica. Isso devido a suas particularidades culturais: sua aparência física e indumentária, distintas em relação as outras etnias vizinhas e a adaptação dos mesmos a um ambiente específico e geograficamente limitado: a várzea do Alto Amazonas. Os Omágua/Kambeba constituíram junto com os Kokama, que ainda habitam a bacia do Ucayali, grupos tupi-guarani deslocados para o Alto Amazonas. Nos últimos anos, datações com Carbono 14, sugerem que essa migração rio acima não tenha sido tão recente, já que os Omágua

teriam alcançado a junção Napo-Marañon entre os séculos IX e X d.C. (Porro, 2005). Com as crônicas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, abordando a história dos Omágua/Kambeba dentro da perspectiva territorial. Abordou-se a extensão do território e sua organização sócio/política/econômica, bem como a divisão do território em Aparia maior e Aparia menor e a forma de territorialidade vivenciada nessa época, levando-se em conta a presença do "colonizador" e sua forma de apropriação do território Omágua/Kambeba e a imposição de sua cultura. Sem esquecer, que os missionários também atuaram como colonizadores sendo que sua forma de catequizar era uma estratégia para conquistar implantando a "cruz", símbolo de apropriação do território.

Dentro desse contexto histórico, falou-se sobre a forma de suprimento alimentar. Embora sendo habitantes da várzea, os Omágua/Kambeba não deixavam de buscar suprimentos em terra firme, um dos motivos que os levava a estar em constante guerra com os povos da terra firme, como forma de defesa territorial; a remodelação do crânio como um aspecto de diferenciação dos demais povos demonstrando que não eram antropófagos; a vestimenta produzida pelos próprios indígenas dava a eles a impressão de mais razão e organização. Esses são alguns pontos apresentados neste trabalho como territorialidade e que marcam a identidade do povo.

Há uma grande diferença entre os povos indígenas que habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil. Desde milhares de anos antes da chegada dos portugueses e as poucas centenas de povos denominados indígenas, que atualmente compõem os 0,04% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001). A diferença não é só de tempo, nem de população, mas principalmente de cultura, de espírito e de visão de mundo sobre o passado, o presente e o futuro. Estimativas apontam que, no atual território brasileiro habitavam pelo menos cinco milhões de pessoas, por ocasião da chegada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Se hoje esse contingente populacional está reduzido a pouco mais de 700.000 pessoas, é porque muitas coisas ruins as atingiram.

De fato, várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Embora tenham diminuído bastante desde a chegada do colonizador, ainda existem vários povos indígenas habitando o território brasileiro. Na Amazônia Legal vivem cerca de 208 povos indígenas, cada um com características peculiares.

O povo Omágua/Kambeba, que outrora habitou parte da várzea do Alto Amazonas, configura-se como um dos povos que por pouco não foram dizimados em consequência da aproximação com o dito branco. Seu silêncio foi uma estratégia de defesa e resistência perante a escravidão, guerras etc. A luta pela reafirmação étnica do povo Omágua/Kambeba tem seu início na década de 1980, juntamente com o surgimento de outros movimentos indígenas. A emergência do chamado "movimento indígena organizado" no Brasil é relativamente recente e tem um contexto histórico determinado: as décadas de 1970 e 1980. Antes desse período as mobilizações indígenas davam-se de forma isolada e limitada às situações particulares de resistência regional ou étnica. Por isso, frequentemente fragilizadas e sem muito poder de barganha diante do Estado.

Na mentalidade da sociedade brasileira e dentro da concepção da política, indigenista brasileira vigente até aquelas décadas, os índios ainda eram vistos como incapazes de gerir seu próprio destino, sendo necessária a proteção do Estado através da tutela e sua integração à

sociedade nacional, o que só poderia se dar mediante um processo de "aculturação". Essa era a filosofia desde a época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910 e se estende até a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967. Essa filosofia significou, na prática, retirar os indígenas das áreas de interesse da capital e colocá-los em Parques Indígenas ou "Área de Refúgio", como o Parque do Xingu, criado em 1951 e o Parque Indígena Aripuanã, criado em 1968. Houve, ainda, extermínios de grupos inteiros ou redução brusca da população e do território como foi o caso dos Waimiri Atroiri no Amazonas.

ORGANIZAÇÃO CULTURAL

O povo Omágua/Kambeba, fez-se uso dos relatos deixados pelos viajantes que por esta região passaram no século XVI, XVII, XVIII e XIX. A importância dessa etnia na primeira fase de revelação do vale Amazônico pode ser facilmente reconhecida pela presença fortemente disseminada desse povo, nos relatos dos mais notáveis observadores do momento inaugural da história colonial dessa parte da América. Há referências não apenas em Acuña desses índios numerosos, ricos e notavelmente habilidosos na arte e no comércio. Também em Samuel Fritz, Charles La Condamine, Laureano de La Cruz, José Chantre Y Herrera e Alexandre Rodrigues Ferreira, os Omáguas são mencionados como os indígenas mais destacados, tanto em sua cultura material como em sua organização social e valores espirituais.

Em relação aos Tupis litorâneos tem-se hoje mais de uma vintena de tratados descritivos, crônicas, relatos de viagens e estudos linguísticos dos séculos XVI e XVII. A documentação contemporânea sobre as tribos do rio Amazonas é tanto em quantidade como, especialmente, em qualidade, muito mais pobre. Essas circunstâncias parecem ter inibido o interesse de historiadores e antropólogos brasileiros em relação às antigas populações da várzea, fato que se reflete na pouca divulgação e estudo que a documentação amazônica mereceu. O relato de Samuel Fritz e o grande mapa que ele desenhou em 1691 são fundamentais para a localização dos grupos Uétnicos do alto Amazonas. (PORRO, 2003; p. 10 - 14).

Os cronistas de que se dispõe para o conhecimento da população aborígene do alto Amazonas referem-se a dois momentos históricos distintos: o primeiro se dá em meados do século XVI, quando a região foi atravessada pelas expedições de Orellana, em 1542 e de Ursua e Aguirre, em 1561, respectivamente, documentadas pelas crônicas de Carvajal, de Altamirano e de Vásquez. O segundo situa-se um século mais tarde, quando das viagens dos leigos franciscanos em 1636, de Pedro Teixeira em 1637-39 e de Laureano de la Cruz em 1647-50; a respectiva documentação é encontrada em Alonso de Rojas, Cristóbal de Acuña, Laureano de la Cruz e Maurício de Heriarte. Completadas por crônicas menores e fontes secundárias, essas notícias equivalem a cortes estratigráficos na etno-história da calha amazônica. (MACIEL, 2003).

Identidade e Memória do Povo Omágua/Kambeba na Aldeia Cajuhiri Atravessado (Organização Social e política)

Logo nos primeiros dois séculos de colonização os Omágua/Kambeba estavam organizados em dois grandes grupos: os Omágua–Yetê ou Omáguas Verdadeiros localizados no Alto Napo, em território hoje pertencente ao Equador e o outro grupo denominado de La Gran Omágua, ou Omágua das Ilhas, cuja extensão territorial se estendia ainda no século XVII do atual

município de Fonte Boa até o território peruano, numa extensão de 700 km (PORRO, 1995).

Em relação à extensão territorial tem-se relato de que em meados do século XVII, o território Omágua/Kambeba havia, porém, se estendido para Leste, abaixo do Jutaí. A jusante dos Omágua/Kambeba ficava a província de Machiparo, que ocupava as duas margens do Solimões por mais de 200 km, entre município Tefé e Município de Coari.

A discussão sobre a localização e extensão territorial dos Omágua/Kambeba ao longo do rio Solimões entre os séculos XVI e XVII não é consensual entre os cronistas e nem entre os autores contemporâneos como Betty Meggers, que apoiada na crônica de Gaspar de Carvajal, localizou um grupo de Omágua/Kambeba entre a várzea do Japurá e parte do trecho entre o rio Coari e o Purus. Para Meggers (1987), um movimento migratório teria ocorrido por volta de 1690, cujo habitat passou a ser os rios Napo, Putumayo e Içá. Observe-se o mapa 01 abaixo

Figura 01 - Aldeias e Localidades Cambeba - século XX

Fonte: Dissertação de Mestrado de Maciel, 2003 p. 94

A migração dos Omágua/Kambeba, nestas últimas três décadas do século XX, exigiu dos indígenas muita habilidade na adaptação aos nichos ecológicos distintos e diferentes daqueles das várzeas e ilhas do alto Amazonas, com destaque para o grupo que reside na cidade de Manaus e os que migraram para a várzea do rio Negro.

Atualmente, em pleno século XXI nota-se que os Omágua/Kambeba estão mais organizados em movimentos, lutando por seus direitos a terras, cultura e o reconhecimento identitário. Ao relembrarem seus cantos, danças e mitos, vão aos poucos saindo da invisibilidade em que, nos séculos XIX e XX estavam confinados.

A territorialidade presente no modo de vida na aldeia Cajuhiri Atravessado / kambeba

A relação entre os Omágua/Kambeba da aldeia Cajuhiri Atravessado o clima não é harmonioso. A TI Cajuhiri Atravessado, objeto do nosso estudo, localiza-se no município de Coari, Estado do Amazonas e foi recentemente homologada pela presidenta Dilma Rousseff pelo De-

creto de 17 de dezembro de 2015. O artigo 1º do documento acima assim decreta:

> Art. 1º. Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - Funai, da terra indígena denominada Cajuhiri Atravessado, localizada no Município de Coari, Estado do Amazonas, destinada à posse permanente dos grupos indígenas Miranha, Cambeba e Tikuna, com superfície de doze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco hectares, setenta e um ares e oitenta e oito centiares e perímetro de setenta e um mil, quarenta e quatro metros e trinta e sete centímetros. (BRASIL, 2015, p. 1).

A Terra Indígena Cajuhiri Atravessado possui uma única aldeia que localiza-se à margem direita do rio Solimões, em frente a ilha do Surubim. Antes dos despejos de 1933 e de 1957 os aldeamentos estavam também localizados na margem direita do Solimões, porém, mais abaixo, à jusante. Todos os aldeamentos Miranha no Cajuhiri Atravessado sempre estiveram na margem dos Solimões por ser ali o local de maior movimentação comercial hoje, como o era no passado, se comparado ao lago Coari, para onde a terra indígena tem o seu limite Sul. Segundo o IBGE, (2018), o último censo realizado em 2010, a população nesta TI perfazia um total de quarenta e nove indivíduos que se declararam e que se consideraram indígenas.

A Terra Indígena Cajuhiri Atravessado está localizada no município de Coari, no estado do Amazonas, rumo a Tefé pelo rio Solimões e a trinta quilômetros da Cidade de Coari, à altura da ilha do Surubim.

Ao Norte limita-se com o rio Solimões, ao Sul com: o lago Coari, a Leste limita-se com a propriedade reconhecida como Emílio Nunes Seco (na maior parte da extensão deste limite) e ao Oeste limita-se com a localidade chamada Apaurá e, ainda a Leste, segue o limite natural do igarapé do Amanuí (Amanuhi). No sentido Leste-Oeste a terra indígena é cortada pelo Poliduto Urucu-TESOL, da Petrobras. A aldeia está situada na margem direita do rio Solimões, na porção Norte da terra indígena

A figura 02 mapa do IBGE mostra os limites da TI Cajuhiri Atravessado apresentado no relatório final de demarcação pela antropóloga Leslye Bombonatto Ursini.

No entanto, com a convivência percebe-se que a territorialidade está presente, principalmente, na centralidade da concepção política manifestada pela Zana e pelo tuxaua maior do Cajuihi Atravessado. Outro fator é a dimensão cultural presente na concepção do território, como aquele que é marcado pela identidade dos Omágua/Kambeba.

Figura 02 – Mapa da Localização Geográfica do Município de Coari – Cajuihri Atravessado.

Fonte: Manoel Laranja –data 19-09-2019

Para se chegar à Terra indígena Cajuhiri Atravessado saindo de Manaus para Município de Coari pode-se ir de avião, com voo de cerca 1hr 50minutos, ou pelo Rio Solimões, através de lanchas a jato entre 6h a 9horas e barcos recreios em viagens que duram dezenove horas a pouco mais de vinte e quatro horas respectivamente. De Coari para a aldeia subindo o Rio Solimões, a viagem pode durar entre duas e quatro horas, dependendo do tipo de embarcação.

A aldeia Cajuhiri Atravessado está a cerca de trinta quilômetros de distância do porto de Coari, à jusante do Solimões, na margem direita deste onde vê-se uma majestosa sumaumeira. Do outro lado do rio está a ilha do Surubim. Para ir do porto de Coari para os fundos da terra indígena, pelo lago Coari, a viagem em motor de porte médio dura de duas horas a duas horas e meia, a depender do ponto para o qual se deseja dirigir.

Porém, dali para a aldeia os caminhos são as picadas, na parte em que a distância é mais longa, entre o limite Norte da área no Rio Solimões e o limite Sul, no lago Coari, a caminhada dura seis horas. As viagens pelo lago Coari são sempre uma surpresa, pois ali as condições meteorológicas mudam repentinamente e as ondas que o vento levanta são muito altas, o que representa perigo paras as embarcações.

Ao todo o grupo indígena que vive hoje na Terra Indígena Cajuhiri Atravessado soma quarenta e nove pessoas, as quais pertencem a três etnias: os Miranhas, os kambebas e os Ticunas, sendo que há casamento entre as etnias Cambeba e Miranha, cujos descendentes são classificados tanto como kambeba quanto como Miranha. Os kambebas e os Ticunas mudaram-se muito recentemente para a aldeia Cajuhiri Atravessado e os três grupos étnicos desfrutam de relações amigáveis (URSINI, 2001). Isto sobre relatos do documento de demarcação, a quase 20 anos, mais a realidade se transforma a cada minutos que entramos a campo para cumpri aos objetivos e perguntas lançadas ao in loco da investigação.

A figura 03- com imagens via satélite retiradas do geoprocessamento da FUNAI indica a posição geográfica descrita acima destacando a extensão territorial da TI referenciada.

Figura 03 - Descrição do Demarcação do Territorio Ajuhiri atravessado

Fonte : FUNAI/2019

No princípio da reciprocidade, como a da troca, incluindo a produção e também o manejo dos recursos naturais como a água do igarapé que é de uso comum, a terra incluindo a mão de obra para serviços na aldeia e a produção do roçado, que se dá por meio de convite ou mutirão. Não está intrínseca, nessa relação, uma gestão compartilhada de bens coletivos dentro da aldeia

Cajuihi Atravessa.

As atividades às quais os indígenas Omágua/Kambeba mais se dedicam, variam de acordo com alguns fatores como: a localização do território; a época do ano (estação seca ou chuvosa); se recebem ou não benefício do governo ou se algum membro da família possui emprego. A territorialidade na aldeia se manifesta de várias formas e em vários aspectos como: A prática da língua e o sentido de territorialidade

Apesar da drástica redução das línguas indígenas faladas no Brasil, as que sobreviveram representam uma enorme riqueza cultural para o país. Os linguistas classificam as atuais línguas indígenas, por meio de troncos, famílias e dialetos. Muitas dessas línguas estão sendo ameaçadas de extinção, e um dos fatores é que a maioria dos povos não procura registrar sua língua por meio de cartilhas ou dicionário, trabalho que poderia ser feito com o auxílio de um linguista. Outro ponto está relacionado a um trabalho de divulgação, ensinando dos mais velhos aos mais jovens por meio da educação indígena.

O povo Omágua/Kambeba sabe que sua língua (tronco Tupi) está entre as ameaçadas de extinção, e que o desaparecimento dela acarretará prejuízos em todos os níveis para o povo, porque a língua identifica, caracteriza e qualifica um indivíduo ou uma coletividade. O fato de saber falar a língua materna faz com que o Omágua/Kambeba se desenvolva melhor como pessoa, como cidadão e reconheça seu lugar e suas responsabilidades dentro da aldeia e da sociedade brasileira. Por meio da língua são transmitidos valores, crenças, que comunicam a vida e constroem perspectivas para que as futuras gerações continuem mantendo sua identidade.

Pensando na manutenção da língua como um dos fatores de representação identitária e afirmação étnica baseada na Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169, Decreto Legislativo 143 de 20 julho de 2002 e o Decreto Presidencial número 5.051 de 19 de abril de 2004, que está em processo de consulta, os Kambeba tomaram a iniciativa de realizar através do projeto "Existimos Sim", elaborado pelo indígena Farney Kambeba, utilizando como ferramenta a revitalização da língua materna, processo em que os indígenas falantes e os que se auto-afirmavam Omágua/Kambeba, mas não detém o conhecimento da língua, puderam aprender tanto a língua materna como a língua geral ou nheengatu, através de oficinas a língua nheengatu.

É importante salientar que o uso da língua não é o fator preponderante da existência de um povo. Entretanto, a língua está entre os elementos que contribuem para a manutenção da identidade étnica. Ressalta-se que constantemente usa-se o fato da perda da língua de um povo para negar sua identidade, ou, então, é colocada como fator principal para afirmar a identificação por órgãos competentes do governo. Junto a ela estão outros fatores que, somados dão ao indivíduo o direito de ser indígena. Exemplo disso é que uma boa parcela do povo Omágua/Kambeba não consegue ter acesso ao Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI). O fato de alguns indígenas Omágua/Kambeba falarem apenas o português, como resultado de vários séculos de opressão e repressão cultural, tem causado fortes discriminações e preconceitos por parte do Estado, da sociedade nacional envolvente e até mesmo de outros povos indígenas. É comum ouvir: "ele nem se parece com índio, e nem fala a língua indígena". Essa é uma das frases que remontam à concepção de índio exótico, estereotipado, presente no imaginário de muitas pessoas.

É certo que dominar a língua materna, além de tudo, eleva a autoestima de quem detém

o conhecimento da fala e da escrita. Os Omágua/Kambeba produziram, junto com pesquisadores, um livro chamado Awa Kambeba escrito por Iara Tatiana Boni (mestranda da UnB) e Raimundo Cruz (Kambeba) em 1999, onde foram catalogados palavras, frases, cantos, histórias, e trabalhado como uma forma de se ter um registro da fala Omágua/Kambeba. Ele representa um minidicionário a ser utilizado para a divulgação da língua através da educação.

> A perseguição e a proibição das línguas indígenas acarretaram sérios prejuízos socioculturais e identitários aos povos indígenas do Brasil, principalmente porque para eles a língua é o signo mais claro de sua história. Como as línguas indígenas são orais, fundamentalmente são transmitidas de geração em geração o que aumenta o apego dos povos a suas línguas próprias. Os nomes e sobrenomes na língua indígena por exemplo, servem para afirmar a auto-identidade e marcar a posição social que o indivíduo ocupa na organização sociopolítica de seu grupo. Dessa forma proibir a fala e o uso dos nomes na língua indígena resultou em profundo processo de desestruturação dos povos. (LUCIANO, 2006 p. 124).

Essa citação justifica, que muito povos foram obrigada a deixar de falar a língua materna para assumir o português. Fato marcante na vida do povo Omágua/Kambeba, levando em conta o que se perdeu com seu silêncio.

A transmissão do conhecimento pelo povo Omágua/Kambeba se dá dentro e fora da sala de aula. Aprender a pescar, a remar, a pintar o corpo, a respeitar a natureza e os mais velhos, a recepção de um nome indígena que vem carregado de significados, a relação com a água e sua importância para a manutenção da vida; o cultivo do roçado, a partilha, entre outros fatores, são fortemente marcados por ações pedagógicas, das quais participam todos, dos adultos às crianças. Para as crianças (de três a cinco anos) a educação se dá por meio da oralidade, pois a professora pronuncia a palavra e, depois, as crianças repetem o mesmo acontece com os cantos, elas ouvem primeiro e depois cantam. Aos maiores e adultos é feita por meio da oralidade, da escrita e da expressão corporal ao ensinar as danças. Oralidade ainda é a forma de educação mais utilizada, para passar a cultura e história dos indígenas, caracterizando-se como um instrumento metodológico de ensino.

Atualmente, estão matriculados na educação de 1º à 5º ano 18 crianças, sendo que 12 moram na aldeia e 06 são crianças não indígenas que moram na Comunidade. Para essas crianças as aulas acontecem pela manhã aprendem somente em português à tarde. À noite, a aula é ministrada para os adultos; a professora ensina em português somente. Há, ainda, outros indígenas que estão cursando o ensino médio e o tecnológico fora da aldeia, dentro da área do Demarcada do Cajuiri Atravessado.

A primeira escola construída tinha o formato de uma casa comum de palha, mas, pelo fato de não se ter palha suficiente para suprir as necessidades da aldeia, o padrão de construção da escola foi alterado, sendo a nova escola construída com madeira e cobertura de zinco pelo FNDE e comunidade. É um desejo de todos que seja construída uma escola com várias salas de aula, banheiro, copa, e biblioteca, para que os alunos tenham acesso à pesquisa, através de livros e internet, contribuindo para uma educação de boa qualidade, já que a aldeia dispõe de livros adquiridos por doações e três milheiros de tijolos, dos ados para a construção. As fotos mostram o ambiente da sala de aula. Na Figura 04 e 05 pode-se ver tipo de moradia.

Figura 4 – Primeira escola.

Fonte: Manoel Laranja –data 09-08-2019.

Figura 5 - Escola atual.

Fonte: Manoel Laranja - data: 09- 08- 2019.

De um modo geral, hoje, existem indígenas Omágua/Kambeba cursando graduação em diversos níveis do conhecimento, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), presente em praticamente todos os municípios do Amazonas, e pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na capital. A UEA oferece, ainda, cursos específicos aos estudantes indígenas, em São Paulo de Olivença, Município de Tefé, Pela UEA tem Omágua/Kambeba cursando Licenciatura Indígena em Pedagogia, além de vagas também específicas em diversos cursos na capital. Tudo isso, por aderir ao sistema político de ações afirmativas por meio sistema de cotas.

Poderia se pensar em um trabalho pedagógico voltado para a educação indígena do povo Omágua/Kambeba, no qual os mitos e lendas contados através de histórias pudessem fazer parte do universo educativo das crianças e dos adultos. Coletar os mitos e as lendas, dedicar algumas horas no trabalho de ouvir as narrativas e incentivar os mais velhos, fazendo com que relembrassem histórias vividas e histórias contadas, incorporando a realidade dos Omágua/Kambeba hoje.

Povo Omágua/Kambeba da aldeia Cajuhiri Atravessado do território a desterritorialização

O registro da Desterritorialização a Reterritorialização da identidade e Memória do povo Omágua/Kambeba do Médio Amazonas: Um Estudo de Caso da Aldeia Cajuhiri Atravessado no Município de Coari no Amazonas. A demanda solicitada à FUNAI pelo e-mail destacado no APÊNDICE A gerou o processo administrativo interno no 08620.003561/2018-11, de 04 de março de 2018. Em 06 de abril de 2018, a FUNAI, através da Diretoria de Proteção Territorial – DPT e do Núcleo de Documentação - NUDOC, representados pelo Sr. Jailson Araújo, recebemos o oficio no 372/2018-DPT-FUNAI (ANEXO B), através de e-mail e em formato digital, cópia integral em dois volumes do Processo Administrativo no 08620.000930/1998-19, que trata da identificação e delimitação da Terra Indígena Cajuhiri Atravessado, localizada no município de Coari, Estado do Amazonas.

Os problemas relativos ao processo de demarcação da TI em questão ainda persistem. Em 2017 o senhor Francisco Alves da Silva, Coordenador da União dos Povos Indígenas de

Coari-Amazonas (UICAM), solicitou à Fundação Estadual do Índio do Amazonas – FEI/AM, um estudo sobre a comunidade em questão. A antropóloga Justina Candido Dique, servidora da FEI/AM, realizou visitas no ano informado à duas comunidades que se autodenominam indígenas e pertencentes às etnias Miranha, Tikuna, Mayuruna, Mura e kokama. Chamadas de Nossa Senhora de Fátima do Arapari e Hubim-Tuba, essas comunidades, afirma a antropóloga em seu relatório final, estão dentro da área de demarcação da TI Cajuhiri Atravessado e segundos seus habitantes, que representam cerca de 30 famílias, ficaram de fora do processo inicial da identificação étnica e por isso reivindicam também o reconhecimento de seus direitos constitucionais com relação à identificação e demarcação de seus territórios (UICAM, 2019).

O esforço e a luta dos indígenas pertencentes as etnias Miranha, Kambeba e Tikuna para a manutenção e proteção dos seus territórios serão objetos de apreciação e narração através dos embates travados com posseiros e invasores não índios, sobretudo visando a exploração comercial destes últimos aos recursos naturais da TI.

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A Terra Indígena Cajuhiri Atravessado, objeto do nosso estudo, localiza-se no município de Coari, Estado do Amazonas e foi recentemente homologada pela presidenta Dilma Rousseff pelo Decreto de 17 de dezembro de 2015. O artigo 1º do documento acima assim decreta:

> Art. 1º. Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - Funai, da terra indígena denominada CajuhiriAtravessado, localizada no Município de Coari, Estado do Amazonas, destinada à posse permanente dos grupos indígenas Miranha, Cambeba e Tikuna, com superfície de doze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco hectares, setenta e um ares e oitenta e oito centiares e perímetro de setenta e um mil, quarenta e quatro metros e trinta e sete centímetros. (BRASIL, 2015, p. 1).

A TI Cajuhiri Atravessado possui uma única aldeia que localizasse à margem direita do rio Solimões, em frente a ilha do Surubim. Antes dos despejos de 1933 e de 1957 os aldeamentos estavam também localizados na margem direita do Solimões, porém, mais abaixo, à jusante. Todos os aldeamentos Miranha no Cajuhiri Atravessado sempre estiveram na margem dos Solimões por ser ali o local de maior movimentação comercial hoje, como o era no passado, se comparado ao lago Coari, para onde â terra indígena tem o seu limite Sul.

A Terra Indígena Cajuhiri Atravessado está localizada no município de Coari, no Estado do Amazonas, rumo a Tefé pelo rio Solimões e a trinta quilômetros da cidade de Coari, à altura da ilha do Surubim. Ao Norte limita-se com o rio Solimões, ao Sul com: o lago Coari, a Leste limita-se com a propriedade reconhecida como Emílio Nunes Seco (na maior parte da extensão deste limite) e ao Oeste limita-se com a localidade chamada Apaurá e, ainda a Leste, segue o limite natural do igarapé do Amanuí (Amanuhi). No sentido Leste-Oeste a terra indígena é cortada pelo Poli duto Urucu-TESOL, da Petrobras. A aldeia está situada na margem direita do rio Solimões, na porção Norte da terra indígena (URSINI, 2001)

MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre um estudo de caso pelo uso da técnica de observação documental com abordagem e análise descritiva dos documentos pertinentes e ine-

rentes à demarcação da Terra Indígena do Cajuhiri Atravessado, localizada no município de Coari, Estado do Amazonas, Brasil. De acordo com Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes

Para alcança o desenho da investigação foi codificado o como etnografico, pois estudamos um grupo de etnia, (2013, pg.497-499), estuda grupos, organizações e comunidade, pois o desenho se por estudo de caso: “consideram uma cultura de maneira holística(completa) Parte da analise na qual o pesquisador agrupa “as peças dos dados.... criar conexão categorias e temas. Com respondemos a hipotese, como Estudo de Caso da Aldeia Cajuhiri Atravessado no Município de Coari no Amazonas, sejam historicamente registradas pela sua resiliência de luta pela identidade e Memória do povo Omágua/Kambeba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Terra indígena Cajuhiri Atravessado saindo de Manaus para a cidade de Coari pode-se ir de avião, com voo de cerca de uma (1) hora de duração, ou pelo Rio Solimões, através de lanchas a jato e barcos recreios em viagens que duram nove (9) horas a pouco mais de vinte e quatro horas(25h) respectivamente.

De Coari para a aldeia subindo o Rio Solimões, a viagem pode durar entre duas e quatro horas, dependendo do tipo de embarcação. A aldeia Cajuhiri Atravessado está a cerca de trinta quilômetros de distância do porto de Coari, à jusante do Solimões, na margem direita deste onde vê-se uma majestosa sumaumeira. Do outro lado do rio está a ilha do Surubim. Para ir do porto de Coari para os fundos da terra indígena, pelo lago Coari, a viagem em motor de porte médio dura de duas horas a duas horas e meia, a depender do ponto para o qual se deseja dirigir. Porém, dali para a aldeia os caminhos são as picadas, na parte em que a distância é mais longa, entre o limite Norte da área no Rio Solimões e o limite Sul, no lago Coari, a caminhada dura seis horas.

Conhecimento sobre sua própria etnia e contextualização do conhecimento empírico.

Na base do relato do Sr. Victor Gomes Anaquiri 61 ano– Cacique, a onde vamos colocar as inicias V.A e Ocinei da Costa Moreira – Líder rural da aldeia como as inicias O.C de 42 anos.

Durante a visita na aldeia, buscamos conhecimento sobre etinas, e como chagaram no território brasileiro.

> Nossos anciãos contam que chegamos no Brasil através do Peru, os Omágua Kambeba, habitam terras próximas à sede, acredito que seja a cidade de Lima, e na periferia da capital, que em 1994 chegavam a 3.500 indivíduos, segundo uma liderança Kambeba que visitou o país nesse período. Os Kambebas é um grupo indígena que habita o na calha do rio Solimões, no estado brasileiro do Amazonas, mais precisamente nas Áreas Indígenas Barreira da Missão, Igarapé Grande, Jaquiri e Kokama. Sua principal característica era nossa era a deformação craniana, tornando-a em um formato de cone. (V.A, 61 anos, cacique da aldeia, ENTREVISTA/2019).

Um outro aspecto revelado nas entrevistas diz respeito como gostam de ser chamados? Por quê? No entanto é muito curioso, esta etnia tem seus costumes e crença, mais na atualidade

foram deixados de lado:

> Durante alguns anos foi passado de pai para filho a historia que nosso povo falavam que, Kambeba. era chamavam também de Cabeça Chata, outros, no decorrer da história chamavam também de povo da água. Devido agente viver nas margem do rio Solimões. (V.A, 61 anos, cacique da aldeia, ENTREVISTA/2019).

A fala da do cacique deixa transparecer o relacionamento com outras etnias que bem sociável, mais durante toda entrevista o que percebeu que eles não têm mais relação com a etnias Miranhas, devido o conforto pela terra demarcada. Não nos restringir neste assunto, porque cabe outro tópico atípico ao longo da contextualização. Durante o relato perguntas se hoje os Kambeba têm restrições para se relacionarem com outras etnias?

"Não tem, os povos kambeba são povos que recebe outras etnias na sua aldeia" (V.A, 61 anos, cacique da aldeia, ENTREVISTA/2019).

Figura 6 - Foto do kambeba

Fonte: pesquisador/2019

O relato da V.A explicita porque a Comunidade recebeu o nome Aldeia Cajuhiri Atravessado no Município de Coari. E porque eles estão morando fora do território de demarcação.

> Na época existia plantação de CAJU, próximo a uma travessia. Hoje nós estamos morando-os povos indígena Kambeba em aldeia, próxima a aldeia Cajuhiri Atravessado, chamado de AMANAIM DO JANUÁ: Amanaim significa: acampamento de Deus e Januá, nome de um igarapé que passa dentro da aldeia, para os cambebas, fonte de riqueza. (V.A, 61anos, cacique da aldeia, ENTREVISTA/2019).

Os relatos do líder da comunidade, as inicias O.C de 42 anos enfatizam num trecho da entrevista, tudo o que já fora exposto anteriormente pelo cacique entrevistado, não passou despercebido e comentou sobre o que se considera espaços não formais (espaços educativos) para os Kambeba quando o ensino era destinado a uma minoria, os professores pouco eram valorizados e que os mesmos não tinham se quer uma formação adequada para ministrarem uma boa aula, mais o relato descrever que: " através do conviver nativo, alimentação, pesca, agricultura e como fazer os utensílios de pesca, são considerado espaço não formal.

> O novo texto constitucional de 1988 que, ao afirmar o direito à diferença e definir o papel

> do Estado não mais como agente promotor da integração dos índios, mas sim de protetor desta diferença, impôs a revisão de todo o processo educacional em curso no interior das áreas indígenas. De uma escola voltada para fora, preocupada em preparar a criança indígena para viver fora de sua comunidade, emerge o desafio de uma escola engajada em contribuir na construção de alternativas a partir da comunidade (BRAND, 2019 p. 06).

Ao abordar o contexto histórico sobre a educação dos kambeba e sua comida típica vem sendo preservada, como eles são educados nesta cultura? A resposta é inédita.

> No dia a dia, na criação há um aprendizado, na alimentação, tradição, cultura e como tecer os utensílios para pesca e de agricultura." Experiências dos avós, organização em comunidade, pesca, caça, alimentação…. Resgatar a língua, os tipos de alimentação, kaiçuma, pajauaru, lembrança do Peru, o tchapi feito de banana, conhecer a língua materna. (O.C de 42 anos líder da comunidade ENTREVISTA/2019).

A falta de uma escola estruturada não diminuía a vontade de ensinar a língua materna e sobre sua história e memória do povo Kambeba, nem mesmo o baixo conhecimento sobre suas tradições os deixavam desanimados, o que prova e reforça a ideia de Paulo Freie quando associa o ato de educar a condição de amar.

Ao abordar um tema que propicia uma análise histórica de fatos que se deram em épocas passadas os dados permitem mostrar que um trabalho como esse se torna relevante quando evidencia como a repressão repercute diretamente no processo ensino-aprendizagem. Daí a pregunta como são transmitidos o conhecimento? De que forma cada tipo de conhecimento foi apreendido? Quem transmite? Aonde aprendeu? Quais conhecimentos são considerados mais importantes e por quê? Quem transmitiu para você? Como? Por quê? São indagação que foram respondidas durante a entrevista do (V.A, 61anos, cacique da aldeia, ENTREVISTA/2019). Que comentou:

> No dia a dia, na comunidade, conversas com os amigos, através da vivência do dia a dia. Na escola (os professores são considerados `branco`, na história indígena e no dia a dia. Os antigos e as lideranças(cacique), conhecimento passado de pai para filho, antepassado. Tradicional e modo de viver, através de histórias e todos devem receber todos os tipos de conhecimento para dar continuidade a nossa cultura, tando na prática, de maneira veral, na comida e vestia, alguns custumes são passados de avô, avó, pai e mãe para não acaba a cultura.

Kambeba utilizam seus conhecimentos no processo educativo, na perspectiva de fortalecimento da cultura, demonstrando que:

> A resistência dos povos que mantiveram a sua alteridade é resultado de muitas estratégias hábeis na interlocução com a sociedade envolvente. E hoje, ao assumir a gestão da educação escolar, alguns povos estão reconstruindo a sua história as avessas: ao invés de a escola ser um instrumento de dominação, a educação escolar indígena passa a ser um mecanismo de afirmação da identidade dos povos (DINIZ, 2010, p. 2).

No que tange a educação não formal, pode ser definida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, acontece na relação com outros membros, na troca de saberes, na participação ativa, em espaços fora da escola, e, em locais informais, isto é, conforme Vieira, Bianconi e Dias, (2005, p. 21)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta proposta mergulha se no processo desterritorialização a reterritorialização, da identidade e memória do povo Omágua/Kambeba do médio amazonas, identificação e demarcação da terra indígena Cajuhiri atravessado, localizada no interior do amazonas, visando a desterritorialização a reterritorialização das suas terras, buscado explorar a identidade e memória do povo Omágua/Kambeba do médio amazonas: um estudo de caso da aldeia Cajuhiri atravessado no município de Coari no Amazonas desta luta, antes, durante e após o mesmo, para enfatizar o sofrimento dos povos indígenas brasileiros, aqui representados pelas etnias Miranha, Tikuna e Kambeba, para garantir a posse e usufruto de seus territórios

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. Novo descobrimento do grande rio Amazonas. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT NBR 14724). Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: PETROBRAS, v. s.v., 2011. 11 p. ISBN 978-85-07-02680-8.*

BENATTI, José Heder. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. Revista Amazônia Legal de Estudos Sócio-Jurídico-Ambientais, v. 1, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32496-39437-1-PB.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRAND, Antônio Jacó. O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993

BRAND, Antônio Jacó. Formação professores indígenas – um estudo de caso. Anais ANPED2005,disponivel:http://www.rededesaberes.org/3seminario/anais/textos/ARTIGOS%20PDF>. Acesso: 26 nov. 2019.

CARVAJAL, G. ROJAS; A.; ACUÑA, C. Descobrimento do rio das Amazonas. Tradução e nota de C. de Melo Leitão, v. 203. Rio de Janeiro. Editora Nacional, 1941.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 2002

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodología de la investigación. 5ta. ed. México: Mc Graw Hill, 2010.

LUCIANO, Gercem dos Santos. O indío Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

SAMPAIO, P. M.; ERTHAL, R. de C. (org.). Cambeba na Amazônia brasileira. Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. Identidade como novas possibilidades: etno história e afirmação étnica dos Cambeba na Amazônia brasileira. Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM - 2003.

MACIEL, B. Resistência silenciosa: Estudo da retomada étnica dos Omágua. Manaus: UFAM/PIBIC/

CNPq, 1997 (Relatório final de pesquisa)

M MACIEL, B. do E. S. P.. Kambeba. dezembro, 2003, http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kambeba/print. Consulta, 12/08/2020

PINTO, Renan Freitas (Org.). O Diário do Padre Samuel Fritz. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

PORRO, Antônio – Os povos indígenas da Amazônia e a chegada dos europeus. In: O povo das águas: Ensaios de etno-história da Amazônia. Petrópolis: Vozes, São Paulo,2003.

Agradecimentos

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom precioso da vida, pela mágica de viver, por colocar as pessoas nos lugares e momentos certos, mesmo quando tudo parece dar errado.

A professora Dra. Jacimara Oliveira da Silva Pessoa, que me incentivou, compreendeu, compartilhou conhecimentos e materiais de estudos, me ouvia nos momentos de muitas dificuldades e me acompanhou nas visitas a aldeia Amanaím do Jaduá, sempre mostrando novas possibilidades para enfrentar às dificuldades e nos segurar nos tropeços da vida.